

O EPISTEMICÍDIO COMO JUSTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

EPISTEMICIDE AS AN IDEOLOGICAL JUSTIFICATION FOR SOCIAL INEQUALITY IN BRAZIL

EL EPISTEMICIDIO COMO JUSTIFICACIÓN IDEOLÓGICA DE LA DESIGUALDAD SOCIAL EN BRASIL

Adriana Rampi¹

Resumo

Este trabalho de pesquisa tem por objetivo refletir sobre narrativas e discursos ideológicos dentro de um sistema epistemológico opressor de epistemicídio. Dessa forma, este trabalho aborda alguns aspectos que levaram as chamadas *epistemologias do norte* a legitimar um discurso de superioridade branca europeia sobre as *epistemologias do sul*, povos escravizados e colonizados, seja pela hierarquização racial, feita por meio da diferença de superioridade étnica e racial, seja pela dicotomia maniqueísta criada entre civilização e barbárie, culto e inculto etc. Essas narrativas funcionam como ideologias de heroísmo e superioridade que servem para justificar e legitimar a desigualdade, extermínio e o genocídio de povos vistos como inferiores. A pesquisa possui uma metodologia de caráter bibliográfico com abordagem de textos que buscam reconstruir o caráter ideologizante dessas narrativas que se modificam ao longo dos anos para manter um sistema exploratório. O estudo mostrou que sem uma profunda reflexão social dos processos históricos que consolidaram as estruturas de exploração e sem uma ação radical com participação das vozes silenciadas, que trabalhe a raiz e base para mudar essas estruturas, a tendência é perpetuar e aumentar as desigualdades no Brasil.

Palavras-chave: desigualdade; epistemicídio; epistemologias do sul; epistemologias do norte; silenciamento.

Abstract

This research aims to reflect on narratives and ideological discourses within an oppressive epistemological system of epistemicide. It addresses aspects that led the so-called northern epistemologies to legitimize a discourse of European white superiority over southern epistemologies, enslaved and colonized peoples—whether through racial hierarchization based on ethnic and racial superiority or through the Manichaean dichotomy created between civilization and barbarism, cultured and uncultured, etc. These narratives function as ideologies of heroism and superiority that serve to justify and legitimize inequality, extermination, and genocide of peoples deemed inferior. The research employs a bibliographic methodology, analyzing texts that seek to reconstruct the ideological nature of these narratives, which evolve over time to sustain an exploitative system. The study revealed that without deep social reflection on the historical processes that consolidated exploitative structures, and without radical action involving the participation of silenced voices to address the root causes and foundations of these structures, the tendency is to perpetuate and intensify inequalities in Brazil.

Keywords: inequality; epistemicide; southern epistemologies; northern epistemologies; silencing.

¹ Bacharel em História (2022 - UNINTER) especialista em Neuroaprendizagem (2017 - UNOPAR), Metodologia do Ensino de Português como Língua Estrangeira (2019 - UNINTER), Moderna Educação (2019 - PUCRS), Educação Transformadora (2020 - PUCRS) e Ciências Humanas (2023 - PUCRS), Bacharelada em Sociologia (Uninter), Repensando o Brasil (FESPSP).

Resumen

Este trabajo de investigación tiene como objetivo reflexionar sobre las narrativas y discursos ideológicos dentro de un sistema epistemológico opresor de epistemicidio. De esta manera, se abordan algunos aspectos que llevaron a las llamadas epistemologías del norte a legitimar un discurso de superioridad blanca europea sobre las epistemologías del sur, pueblos esclavizados y colonizados, ya sea mediante la jerarquización racial, a través de la diferencia de superioridad étnica y racial, o mediante la dicotomía maniquea creada entre civilización y barbarie, culto e inculto, etc. Estas narrativas funcionan como ideologías de heroísmo y superioridad que sirven para justificar y legitimar la desigualdad, el exterminio y el genocidio de pueblos considerados inferiores. La investigación utiliza una metodología de carácter bibliográfico con enfoque en textos que buscan reconstruir el carácter ideologizante de estas narrativas, las cuales se modifican a lo largo del tiempo para mantener un sistema de explotación. El estudio mostró que, sin una profunda reflexión social sobre los procesos históricos que consolidaron las estructuras de explotación y sin una acción radical con participación de las voces silenciadas, que trabaje la raíz y base para cambiar estas estructuras, la tendencia es perpetuar y aumentar las desigualdades en Brasil.

Palabras clave: desigualdad; epistemicidio; epistemologías del sur; epistemologías del norte; silenciamiento.

1 Introdução

O termo *epistemicídio* é o conceito que Boaventura de Sousa Santos utiliza para se referir ao processo de opressão e silenciamento cultural e intelectual imposto pelas epistemologias dominantes, *epistemologias do norte*, que reprimem as *epistemologias do sul*, de povos não europeus. Este trabalho tem por objetivo investigar os processos de silenciamento vivenciados pelos diversos povos excluídos da lógica dominante. O epistemicídio ocorre, principalmente, por meio de narrativas que funcionam como discursos legitimadores de um sistema de opressão e exploração. Dessa forma, não se pode falar em epistemicídio sem falar em capitalismo, colonialismo e patriarcado que são os sistemas basilares que sustentam a legitimação não só do silenciamento de povos historicamente oprimidos, como também tentam justificar as desigualdades a que são submetidos. É preciso citar também que o epistemicídio embora se refira à violência simbólica, pois tenta apagar ou invalidar as produções culturais e intelectuais de povos subjugados, não se dá sem a violência física, pois nenhum desses povos deixou historicamente de resistir à colonização e opressão.

Compreender as narrativas ideológicas e legitimadoras que criaram diferenças entre raças² (pretos e brancos) e etnias/nacionalidade³ é importante para compreender os processos que auxiliaram na criação e manutenção da opressão e desigualdades entre os diversos povos. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é evidenciar os processos que ajudaram na criação, e que permitem a perpetuação, do epistemicídio e das desigualdades (sociais, econômicas, de acesso a direitos humanos básicos etc.) que levam ao genocídio. Portanto, a questão que o

² O termo “raça” é utilizado neste trabalho somente para referenciar a questão do racismo, para que posteriormente possamos refutar a existência de “raça” humana.

³ Cabe também citar que há outras formas de exclusão, como gênero, religiosidade etc., porém o foco do trabalho será na questão étnica (“raça”).

trabalho de pesquisa busca apresentar e evidenciar se refere aos processos que se aplicam à realidade Brasileira, pela sua relação histórica peculiar de exploração de pessoas nativas e escravizadas do continente africano, e de sua percepção, ainda persistente, de inferioridade enquanto país.

A metodologia de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa visa abordar essa problemática nas quatro seções em que o trabalho está dividido. A primeira trata das diferenças e desigualdades criadas em narrativas históricas para legitimar o processo exploratório colonizador e escravagista. A segunda seção refuta as narrativas pseudocientíficas, e denuncia a persistência dessas narrativas na sociedade como forma de legitimar a estrutura opressora do capitalismo, colonialismo e patriarcado, que seguem sendo sustentadas pelos que dessas estruturas se beneficiam. A terceira seção trata do epistemicídio como causa e causador das desigualdades, como meio de legitimação de subjugação histórica de povos anunciados como inferiores pela narrativa criada pelos exploradores. A última seção tem como eixo central a discussão sobre a meritocracia como narrativa dominante que tenta corroborar com a hierarquização humana, mascarando as reais causas das desigualdades sociais. O objetivo de cada uma delas é explorar as diferenças e desigualdades usadas como pilares da exploração e opressão.

2 Metodologia e referencial teórico

Para este trabalho foi feita uma pesquisa bibliográfica básica e descritiva, com abordagem qualitativa. A bibliografia escolhida foi fruto de pesquisa de fontes relevantes para a problemática, sendo o sociólogo Boaventura de Souza Santos o autor central por ser ele o primeiro autor a usar o termo *epistemicídio* e escrever sobre a temática. Para compreender a questão brasileira nesse contexto de epistemicídio e desigualdade a leitura do sociólogo Jessé de Souza e do historiador José de D'Assunção Barros foram basilares, pois apontam fatores da evolução da narrativa opressora do ponto de vista da religião e de pseudociências na história. Para fazer o contraponto à pseudociência, para se compreender que as teorias de superioridade não se sustentam cientificamente, se traz o historiador israelense Yuval Harari. O outro contraponto deste trabalho é para dar voz aos silenciados, neste trabalho representados pela escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie e o nativo indígena brasileiro Ailton Krenak. Para melhor compreensão das estruturas de desigualdade que são mantidas pelo epistemicídio se recorre ao filósofo americano Michael J. Sandel e ao economista brasileiro Eduardo Moreira.

2.1 Diferenças e desigualdades

De acordo com José D’Assunção Barros (2014, p. 10 e 11) a questão “das diferenças de cor” em termos biológicos, tanto pela quantidade quanto pelo tipo de melanina presente na derme é uma variação controlada por 4 a 6 genes em um universo de 35 mil genes existentes no humano, que determinam diferentes alturas, cabelos, olhos, etc., portanto a percepção enfática de uma única diferença como forma de hierarquizar é uma construção social:

Enxergar o mundo [...] a partir de dicotomias ou esquemas que seccionam a humanidade em grupos distintos não é bom nem mal. Trata-se apenas de uma certa maneira de ver as coisas, e que pode ser usada para libertar ou para oprimir, para fazer arte ou para impor destruição (Barros, 2014, p. 12).

O autor ainda faz uma pontuação sobre o que seria considerado diferença como um aspecto oposto – o negro e o branco, o homem e a mulher, por exemplo- e a diferença não opositora- ser brasileiro é diferente de ser americano, mas não oposto. Já, para o autor, as desigualdades são comparativas, circunstanciais e contraditórios em seus três âmbitos: riqueza, poder e prestígio (podendo haver um quarto âmbito da cultura institucional⁴). Uma pessoa só pode ser pobre, subalterna ou desprestigiada em comparação a algo ou alguém.

De acordo com Barros, a escravização no continente americano se deu com a criação da diferença pela indiferença, ou seja, se ignorou a diversidade étnica dos povos escravizados, tanto indígenas quanto africanos, criou-se a “raça negra” em oposição à “raça branca” - que à época era o invasor europeu. Com essa homogeneização dos negros e indígenas se promoveu um apagamento das diversidades étnicas, reduzindo todas as riquezas culturais de diversos povos em um grupo inferior ao da “raça” branca.

Com o fim do período da escravidão legalizada no mundo, e por último no Brasil, em 1888, e em substituição ao discurso religioso opressor (que pregava superioridade aos católicos europeus), surge o eugenismo, que difunde a ideia de superioridade atrelada à “raça”, que não vem desvinculada da ideia de origem geográfica- xenofobia. Dentro de um contexto de mundo em que o hemisfério norte, dentro da perspectiva positivista de evolução, se torna mais “desenvolvido”, a narrativa predominante será dos países imperialistas, sempre com vistas na manutenção do poder. Mesmo o Brasil República, de acordo com Barros, não era antirracista, a própria ideia de protagonismo de uma princesa branca que liberta os negros, mesmo que sem nenhum projeto republicano de mitigação das violências dessa prática escravagista danosa aos escravizados, persiste em muitos discursos atuais. Naquele período muitos dos abolicionistas

⁴ Cultura de valores, crenças e princípios que guiam uma organização.

brasileiros eram racistas, e viam a “raça” negra como um atraso para a república que estava a se formar- daí o projeto de imigração eugenista que trouxe europeus (italiano e alemães) para colonizar o Brasil, preterindo a massa negra que se via liberta e sem qualquer aporte. Não só o Brasil tinha essa percepção, os Estados Unidos criaram a Sociedade de Colonização Americana com vistas a devolver os negros ao continente africano, sem qualquer discussão ou consideração com as pessoas que acabavam de sair de um sistema de exploração violento, havendo lhes tolhido não só a liberdade como também havia lhes deixado em patamar de desigualdade por não ter nenhum tipo de acesso a condições que lhes permitissem emancipação e cidadania plena (Barros, 2014, p. 147-148).

Ainda hoje há um processo de massificação e hegemonização de latinos, indígenas e negros, apagando suas diversidades e suas individualidades, diferente da compreensão que temos dos brancos, pois compreendemos que um americano branco é diferente de um francês branco, não pela aparência, mas pela cultura. Em exemplos mais práticos podemos usar o relato de Chimamanda, escritora nigeriana, que em seu livro “O Perigo de uma Única História” descreve que ao ir estudar nos Estados Unidos se percebeu africana, e não mais nigeriana. Se percebeu posta em um imaginado “país africano” que se construiu em cima de imagens abstratas repetidas vezes usadas sobre o que era a África. Sobre sua colega americana, ela diz:

O que me impressionou foi: ela já sentia pena de mim antes de me conhecer. Sua postura preestabelecida em relação a mim, como africana, era uma espécie de condescendente e bem-intencionada. Minha colega de quarto tinha uma história única sobre a África: uma história única de catástrofe. Naquela história única não havia possibilidade de africanos serem parecidos com ela de nenhuma maneira; não havia possibilidade de qualquer sentimento mais complexo que pena; não havia possibilidade de conexão entre dois seres humanos iguais (Adichie, 2009, p. 45-57).

O fato de ainda existir credibilidade inquestionada massivamente sobre os relatos que os europeus tinham sobre os povos africanos e americanos à época se comprova nas crenças persistentes sobre a “animalidade” que se põe na percepção desses povos. Chimamanda relata, assim como eu e tantos outros latino-americanos que já tivemos convívio com os Europeus e Estado-Unidenses, que eles pensam logo em selva, falta de urbanização, toda vez que América Latina e África são citados, e sequer param para refletir sobre se essa tal falta de “progresso” é realmente algo ruim, haja vista que o conceito de progresso que temos hoje mais do que nunca é entendido como um modelo predatório à própria vida humana na terra.

Segundo Chimamanda essa história única se dá pela narrativa “mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (2014, p. 82):

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em *igbo* na qual penso quando considero a estrutura de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior que o outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder (Adichie, 2009, p. 82-92)

De acordo com Chimamanda o estereótipo não é necessariamente uma mentira, mas é certamente uma verdade incompleta. A criação de estereótipos gera a preconceção de um julgamento de juízo e valor sobre pessoas que são complexas, diversas e múltiplas. “O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas fazer com que ela seja sua história definitiva” (Adichie, 2004, p. 92).

2.1 As ciências refutando a “raça”

A noção de raça foi durante muito tempo utilizada como narrativa ideológica para sustentar a desigualdade entre os humanos. Yuval Noah Harari explica que *Homo* seria nosso gênero, e *Sapiens* nossa espécie, portanto do ponto de vista científico, *Homo sapiens* pertence todo a uma mesma família (Harari, 2018, p. 17), e as outras espécies (*Homo erectus*, *Homo rudolfensis*, *Homo neanderthalensis*) do nosso gênero (todos humanos) desapareceram. A partir do ponto de vista científico, o conceito de “raça”, para os humanos, já não existe. Além disso, estudos arqueológicos já comprovaram que o humano teve um único ponto de origem na região da África Subsaariana, portanto, tanto o europeu da França, quanto o africano da Nigéria, tem a mesma origem.

Porém, antes de haver evidência científica, ocorreram outros fatores sociais e de interesse financeiro que contribuíram para a construção de uma narrativa que instaurasse o racismo promovendo a escravidão. Barros cita em seu livro, que “Deus não havia criado os homens diferentemente” (2014, p. 38), tanto para Jessé quanto para Barros, a separação do corpo e do espírito é fundamental para criar a inferioridade do homem pela alma.

Em um mundo de contexto religioso, esse tipo de crença e narrativa se tornam dominantes, e do ponto de vista ético tradicional, que tem uma concepção dogmática e religiosa do que é virtude e pecado, tudo que se desvia da prescrição de virtude ditada pela igreja católica se torna automaticamente como herege. Antes da invasão às Américas, portanto, toda pessoa que contestasse a ideia de um Deus punitivo que condena quem não segue o que a igreja prescreve, que não aceita o sofrimento como penitência oferecida a Deus como forma de elevar a alma, é tido como herege, ou ateu (mesmo não sendo), e é eliminado.

[...] a hierarquização moral baseada na oposição entre corpo e espírito engendra também toda uma hierarquia secular entre as classes sociais na competição por recursos escassos. Ela passa a ser forma universal de avaliação não apenas do valor religioso diferencial entre os fiéis, que decide sobre a salvação no “outro mundo”, mas também do valor social diferencial entre todos os indivíduos e todas as classes sociais “neste mundo” (Souza, 2021, p. 74).

Jessé cita que Norberto Elias faz uma análise de que esse “mundo profano” foi internalizado até se tornar “natural”, estando ainda presente de modo automático e não-refletido no nosso comportamento contemporâneo. Tal comportamento, segundo os autores, acaba se tornando um padrão que, imitado, se generaliza e se consolida. Para Jessé “o racismo- seja o de classe ou de ‘raça’, de cultura ou de gênero- é sempre, em todos os casos, um processo de ‘animalização’” (Souza, 2021, p. 77). Sendo assim “O desafio de qualquer forma de dominação estável é “convencer” os oprimidos de sua própria inferioridade” (Souza, 2021, p. 77).

O racismo e preconceitos não apenas promovem desigualdade como, em diversos níveis, tentam justificar sua existência e legitimar que as desigualdades são nada mais do que produto da “qualidade humana”, sendo assim, seres humanos “melhores” tem “direito” a privilégios. Vale lembrar aqui a origem etimológica da palavra privilégio, do latim, quer dizer *lei privada*, portanto, uma lei especial, que não a que está valendo para todos os demais.

Jessé ainda expõe que, com Martinho Lutero houve uma alteração na percepção do sagrado, sendo então atrelado ao trabalho uma ideia de dignidade. Logo a percepção religiosa e monárquica de hierarquia passa a ser substituída pela percepção de dignificação do homem pelo trabalho, antes relegado aos inferiores e escravizados. Embora haja nesse novo modelo um teor democrático na possibilidade um reconhecimento humanístico mais universal, como pressuposto à democracia moderna do sistema capitalista, daí virá a formação da aceitação da desigualdade de classes, “[...] a manifestação da prosperidade material passa a ser vista como a comprovação de que o destino do fiel é a salvação” (Souza, 2021, p. 80-82).

A ideia de supremacia europeia minou todos os discursos pseudocientíficos da época, com vistas a dificultar a emancipação dos continentes africanos e americanos- tendo forte apelo nos dias atuais. Depois de anos de usurpação de recursos naturais, de sequestro e escravização dos povos originários nesses locais, se cria uma ideia de que o colonizador saqueador é superior pelo fato de ter nos dominado. O pensamento positivista que acredita em um progresso linear com base na ideia de civilidade europeia, mesmo que promovesse a barbárie fora de seu território, e que seria refutado após duas grandes guerras mundiais, segue forte no imaginário mundial. Os que são considerados “grandes homens”, que tem seus nomes imortalizados na vida cotidiana em estatuas, nomes de cidades, ruas e praças, foram também promotores de

grandes atrocidades, e enquanto se tenta justificar a existência dessas memórias urbanas construídas com a justificativa de “anacronismo”, endossamos mais uma vez o silenciamento dos povos vítimas desses homens, e ainda de certa forma exaltamos uma parte da história que deveria ser usada como reflexão.

A exemplo, vejamos que na Europa há os museus do holocausto, pois passado os horrores da Segunda Guerra, se compreendeu que a memória sobre tal período deveria ser construída de maneira reflexiva e pedagógica. O mesmo não ocorreu ao fim da escravidão, no mundo seguiram erguidas estátuas de escravocratas e colonizadores, sob o pretexto de que foram homens importantes para a história do “velho” mundo, tentando glorificar atrocidades cometidas contra outros povos em nome do que chamavam “progresso”. O holocausto ocorrido na Europa “civilizada” sensibiliza mais o mundo do que o holocausto promovido pelos europeus em outros continentes, seja pela ampla produção intelectual, cultural e artística que imortalizem os horrores da Segunda Guerra Mundial, seja pela dessensibilização de ver corpos não brancos sendo exterminados.

Porém, todas essas percepções construídas, que tendem a hierarquizar o humano, são postulações pregadas pelas *epistemologias do norte*, que historicamente têm monopolizado as narrativas, e têm uma intencionalidade opressora contra as *epistemologias do sul*. De acordo com Boaventura há uma linha abissal que separa a epistemologia eurocêntrica (que serve para a reprodução do capitalismo, colonialismo e patriarcado) daquilo que fica do outro lado da linha, “entendido como sendo o reino da ignorância” (Santos, 2019, p. 23). Sendo assim, o conhecimento desses sujeitos se torna “inexistente”, pois não é tido como válido, a menos que se encaixe no que é entendido pela epistemologia do Norte como saber válido (Santos, p. 17). Dessa forma, o desaparecimento do colonialismo histórico “não implicou o fim do colonialismo como forma de sociabilidade baseada na inferioridade étnico-cultural e, inclusivamente, ontológica do outro” (Santos, p. 25) Sem a validação do conhecimento dos oprimidos, não há como reverter essa percepção predominante de incapacidade e inferioridade, pois na configuração atual, nenhum saber se mostra capaz de superar esses problemas, pois as “soluções” criadas provem do mesmo sistema que perpetua os problemas de desigualdade.

Para Barros (2014, p. 22-23) a desigualdade se apresenta em três âmbitos: o da riqueza, o do poder e do prestígio - todos esses âmbitos foram estabelecidos pelas epistemologias do Norte. Sendo assim, a desigualdade acaba por atingir povos historicamente oprimidos pois sua riqueza foi roubada, seu poder foi reprimido, sua força foi usada de forma coercitiva e violenta para gerar mais riqueza para os seus exploradores, e seu prestígio segue sendo negado, com narrativas que tentam inclusive deslegitimar ações de política afirmativa que tentam mitigar os

danos. A desigualdade de hoje é um produto de longo prazo, “legitimada” e “justificada” pelo discurso de quem violentamente enfraqueceu esses grupos sociais, de modo a tornar mais latente sua “fraqueza”. E mesmo hoje, embora haja uma percepção e reconhecimento da necessidade da democratização e universalização dos direitos humanos, de forma mais democrática, ainda estamos amarrados a um sistema social e econômico que perpetua o silenciamento, genocídio e epistemicídio da maioria da população, sem uma real tentativa de reparação histórica e sem uma mudança profunda nos sistemas de sustentação dessas opressões: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado.

3 Epistemicídio - causa e causador de desigualdade

O sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos, usa o termo *epistemicídio* para se referir ao processo de silenciamento de povos historicamente oprimidos, com intenção de tornar irrelevantes as suas produções culturais e intelectuais, inclusive no meio acadêmico. O epistemicídio aqui proposto não pode ser abordado sem o genocídio. Eles não são excludentes, aliás, eles se nutrem mutuamente. O epistemicídio é uma espécie de violência simbólica que em nossa sociedade, acaba por “normalizar” ou “validar” o extermínio do outro, uma vez que esse outro é tratado como menos, incapaz ou subumano (animalizado).

Nos últimos quarenta anos, um impulso crucial para as epistemologias do Sul surge dos povos que sofreram mais violentamente o epistemicídio provocado pela ciência moderna e o genocídio resultante do colonialismo europeu. Trata-se dos povos indígenas das Américas, da África e da Oceania. Foram estes os povos mais invisibilizados ou tornados descartáveis pelo pensamento político eurocêntrico, incluindo a teoria crítica (Santos, 2019, p. 26)

O próprio processo de colonização e invasão das Américas se deu com um ato de epistemicídio: o embranquecimento de Jesus Cristo. O Pastor Henrique Vieira explica o fato de o Jesus histórico ser negro, primeiramente pelo fato de Jesus ser da palestina, lugar onde predominantemente a população é negra, o segundo respaldo histórico vem da própria bíblia. Na bíblia sagrada, Matheus 2:13-23, que conta da fuga de Maria e José para o Egito onde havia o intuito de esconder Jesus, uma vez que Herodes ordenou que todos os meninos de dois anos e menos fossem mortos. A ideia da fuga para o Egito era aumentar a chances de que Jesus passasse despercebido na multidão, nesse relato, segundo o pastor, se revela outro indício forte, de que Jesus não era branco, loiro e de olhos claros, uma vez que se assim fosse, Maria e José o teriam levado para alguma região onde essas características fossem predominantes, o que não

era o caso do Egito. Posteriormente, uma reconstituição do Jesus histórico, baseado na aparência dos Judeus no Oriente médio no século 1, veio a respaldar essa tese.

A imagem do Jesus histórico difere imensamente do Jesus que hoje vemos retratado. O Jesus que se tornam internacionalmente conhecida é a de um Jesus à imagem e semelhança do homem branco europeu. De acordo com o Pastor Vieira, com o contexto histórico de expansão marítima europeia, a colonização e a escravidão, a imagem de um Jesus branco, com feições europeias era conveniente para endossar e justificar o discurso de superioridade espiritual do europeu, facilitando assim o massacre e catequização de grupos africanos e ameríndios, que pela própria aparência diferente, não se encaixavam com o padrão estético do filho de Deus. A imagem de um Jesus afro-asiático, na sua verdadeira aparência física, poderia tornar difícil para os ditos Cristãos da época aceitar o processo de colonização e massacre daqueles povos e suas culturas. O Pastor Vieira ainda justifica que colocar a imagem de Jesus tal qual ele era significa também uma ameaça de levante daqueles que se assemelhavam a ele, logo sendo uma ameaça também para a igreja. Hoje, o levantamento desse fato histórico é tido como ideológica, como inconveniente para tentar forçar a aceitação dos rejeitados históricos, porém o Jesus branco mais improvável jamais foi questionado, pois sempre houve uma posição inquestionada da branquitude em representações de elevada moral, ética e superioridade.

Para além disso, Jesus foi um personagem histórico perseguido pelo Estado, sobrevivente de um massacre promovido por Herodes. Jesus expulsou os mercadores do templo (João 2:12-25), hoje muitos templos viraram mercado que vendem a salvação eterna. Mesmo assim, tanto as narrativas construídas e anteriormente apresentadas por Jessé e Barros se sobrepõe a própria história e existência do Jesus histórico, com distorções das escritas bíblicas e, como mencionado, distorção até mesmo da aparência do homem escolhido como filho de Deus. Essa mesma narrativa perpetua preconceito a religiões e crenças de matriz africana, e crenças dos povos originários das Américas.

Esse processo de embranquecimento de figuras históricas reais, negras, como, por exemplo, Machado de Assis, Chiquinha Gonzaga e Nilo Peçanha, ou do apagamento étnico de africanos como Santo Agostinho e a Cleópatra (ambos da região norte do continente África) nunca causaram a mesma indignação que causa hoje o escurecimento de personagens fictícios como o Papai Noel, por exemplo. A própria divisão territorial que ocorreu no continente africano, assim como nas Américas, foi mais um processo violento contra as etnias, que se viram novamente sendo submetidas à violência imperialista europeia. Hoje no Brasil, o próprio desrespeito à cultura indígena, à sua tradição de conexão com seu território de origem, sempre visando o uso de territórios para ganhos capitalistas, demonstram que o epistemicídio, que

silencia toda a cultura ameríndia, acaba reforçando a ideia de pseudoprogresso que, no Brasil, hoje, tende a beneficiar os herdeiros das capitâncias hereditárias, antigos escravocratas, donos do agronegócio.

4 Desigualdades e Preconceitos - o genocídio e o epistemicídio

Essa seção se detém à meritocracia como uma narrativa ideológica do capitalismo de sustentar e “encobrir” as desigualdades sociais. Porém antes de adentrar nas desigualdades, é pertinente trazermos a Teoria da Motivação de Maslow (2014), que descreve as necessidades humanas como interdependentes, porém, segundo sua teoria, não suprimir de forma minimamente satisfatória as necessidades fisiológicas, imperativas para a existência biológica humana, torna difícil sanar as demais necessidades de cunho psicológico e social. Portanto, privar o acesso de condições básicas à existência biológica humana, que é uma das principais consequências da desigualdade estrutural, pode comprometer ou afetar a existência de certos grupos sociais, configurando uma forma de violência física com potenciais causas para os genocídios desses grupos.

Nos dias atuais se percebe o simplismo do discurso neoliberal que trata qualquer assistencialismo como incapacitante. Segundo a lógica predatória do capital, você precisa trabalhar para ser (de um determinado grupo) e para poder ter (sejam as condições, sejam os privilégios). O termo ‘predatória’ aqui não é usado como hipérbole, ele realmente é predatório. O discurso malthusiano de que assistencialismo causa um problema na distribuição de bens escassos, vem acompanhado de uma narrativa que tenta abrandar tanto a exploração quanto a miséria, potencializando o discurso meritocrático em uma sociedade que concede privilégios e que escolhe ignorar que há necessidade moral de reparação histórica aos povos saqueados, violados, escravizados e exterminados.

Quando um país desigual adota uma política econômica neoliberal, e deixa o mercado comandar o que deveria ser obrigação do Estado, permite que as pessoas que já estão em posição de privilégio não apenas mantenham sua posição, mas que possam explorar ainda mais os que não tem acesso a condições dignas de vida. O Estado é necessário para mitigar as desigualdades oferecendo condições mínimas de existência dos cidadãos que nasçam em seus cuidados, independente do tom de pele, sexo, ou mesmo meio social em que ele ou ela nasça. É também papel do Estado, em especial onde há desigualdade, criar por meio de legislação e educação, uma cultura que respeite todas as diversidades que ele abriga, abrindo espaço de mobilidade social, tornando assim também possível a mobilidade econômica.

Para Boaventura, sem a presença das epistemologias do Sul, não se conseguirá solucionar os problemas, pois as ciências sociais modernas, alicerçadas nas epistemologias do Norte, tratam a humanidade como um todo hegemônico e “reconhecem o colonialismo histórico, mas não reconhecem o colonialismo enquanto forma de sociabilidade”, dessa forma creem que a humanidade inteira foi “emancipada através de um mesmo conjunto de mecanismos e princípios” de igualdade perante a lei e com a declaração de direitos humanos universais. Porém há uma tensão entre regulação e emancipação que gera exclusões (abissais e não abissais) cortadas por uma linha, e que segundo Boaventura, gera uma divisão (Santos, 2019, p. 37).

A linha abissal é a ideia basilar que subjaz às epistemologias do Sul. Marca a divisão radical entre formas de sociabilidade metropolitana e formas de sociabilidade colonial que caracterizou o mundo ocidental moderno desde o século XV. [...] O mundo metropolitano é o mundo da equivalência e da reciprocidade entre “nós”, aqueles que são, tal como “nós”, integralmente humanos. Existem iniquidades sociais e de poder entre “nós” que são suscetíveis de criar tensões e exclusões; contudo, em caso algum põem em questão a “nossa” equivalência e a reciprocidade básicas. Por essa razão, tais exclusões são não-abissais. São geridas pela tensão entre a regulação social e a emancipação social, bem como pelos mecanismos criados pela modernidade ocidental para geri-las, tais como o Estado liberal, o Estado de direito, os direitos humanos e a democracia. A luta pela emancipação social é sempre uma luta contra exclusões sociais geradas pela forma atual de regulação social com o objetivo de substituí-la por uma forma de regulação social nova e menos excludente. De igual modo, o mundo colonial, o mundo da sociabilidade colonial, é o mundo do “eles”, aqueles relativamente aos quais é inimaginável a existência de qualquer equivalência ou reciprocidade, uma vez que não são totalmente humanos. Paradoxalmente, a exclusão é ao mesmo tempo abissal e inexistente, já que é inimaginável que possam alguma vez vir a ser incluídos. Estão do outro lado da linha abissal. As relações entre “nós” e “eles” não podem ser geridas pela tensão entre regulação social e emancipação social, como acontece deste lado da linha, no mundo metropolitano, nem pelos mecanismos a ele relacionados (Santos, 2019, p. 38-39).

A existência de um sistema de desigualdades que mantenha grupos sociais vistos como “indesejáveis” e “não civilizados” na pobreza e miséria, ou seja, sem suas necessidades basilares supridas e sem acesso aos meios consagrados pelas epistemologias do Norte para que sejam reconhecidos como desejáveis e civilizados gera opressão, que é uma forma de genocídio, haja vista que o capital é o que dá acesso a quase tudo o que dignifica o homem.

No livro “O que o dinheiro não compra” do filósofo Michael J. Sandel de 2014, o autor pondera os limites morais do mercado, e questiona sobre como a autorregulação do mercado tem tornado ‘aceitável’ a mercantilização de direitos como saúde, educação e segurança. Para Sandel, quando existe a possibilidade de acessar melhores condições de serviços básicos na sociedade moderna por meio do capital, nós estamos delegando e condenando serviços

essenciais inferiores à uma parte da população, condenando assim eles à morte, a pouco conhecimento e à violência.

A chegada do mercado e do pensamento centrado nele a aspectos da vida tradicionalmente governados por outras normas é um dos acontecimentos mais significativos da nossa época. Veja-se, por exemplo, a proliferação de escolas, hospitais e prisões inseridos no sistema de busca de lucro [...] (Sandel, 2014, p. 13).

Não é dizer que antes de haver o capitalismo não houvesse exploração entre grupos humanos, sempre houve, porém a discussão aqui se dá em um mundo pós-segunda guerra mundial, em que há conscientização e declaração de universalização de direitos humanos, ou seja, há o conceito de igualdade e de direitos que não se vê posto em prática, haja vista a desigualdade e acúmulo de capital por uma ínfima parcela da população mundial. Para além disso, temos uma normalização das desigualdades, e uma exaltação ao acúmulo.

Porque ficar preocupado com o fato de estarmos caminhando para uma sociedade em que tudo está à venda? Por dois motivos: um tem a ver com a desigualdade; o outro, com corrupção. Veja-se a questão da desigualdade. Numa sociedade em que tudo está à venda, a vida fica mais difícil para os que dispõem de recursos modestos. Quanto mais o dinheiro pode comprar, mais importante é a afluência (ou a falta dela). Se a única vantagem da afluência fosse a capacidade de comprar iates, carros esportivos e férias no exterior, as desigualdades de renda e riqueza não teriam grande importância. Mas, à medida que o dinheiro passa a comprar cada vez mais- influência, política, bom atendimento médico, uma casa num bairro seguro, e não numa zona de alto índice de criminalidade, acesso a escolas de elite, e não as que apresentam maus resultados-, a questão de distribuição de riqueza adquire importância maior. Quando todas as coisas boas podem ser compradas e vendidas, ter dinheiro passa a fazer toda a diferença do mundo (Sandel, 2014, p. 14).

Ter acesso ao que o Sandel chama de escolas de elite é também restringir a um grupo privilegiado uma educação que tende a perpetuar a desigualdade. Pois não só as escolas seguem sendo de elite por preparar os herdeiros de um grupo social privilegiado, como seguem nessa posição porque os critérios que definem a qualidade do ensino são estabelecidos pelo próprio grupo dominante. O jogo social da desigualdade é já iniciado ao nascermos, quando se nasce com privilégios, se avança várias casas no tabuleiro, sabendo que caso, em algum momento, se comece a perder, por ter já nascido e iniciado o jogo com vantagens, há condições que permitam alterar as regras do jogo para que se volte a ganhar com folga. Dentro desse mesmo jogo, qualquer mérito que se junte ao privilégio, é entendido como forma de legitimar que quem ficou para trás, ficou por falta de esforço - a falácia da meritocracia.

Um outro exemplo, como o próprio Sandel (2014, p. 17) cita, é o fato de mesmo após a sociedade moderna ter passado pela mais severa crise de mercado, com a queda da bolsa de valores, o discurso pregado contra o Estado foi tão forte, que ao invés de os bancos ficarem

desacreditados, foram os governos que sofreram o descrédito. Em sociedades em que o avanço social estava se fortalecendo, onde passou a haver maior mobilidade social, o discurso de ódio contra as classes menos privilegiadas veio com força total. Discursos neomalthusianos, que visam culpar os grupos mais miseráveis por sua condição, condenando qualquer forma de assistencialismo pois vê a morte da população pobre como algo necessário para que a ordem social se reestabeleça. Aliados ao discurso neoliberal que tem precarizado o trabalho a níveis quase análogos à escravidão tem se fortalecido. Os bancos e o mercado financeiro rebuscando o entendimento da economia, tratando-a como uma pessoa que fica “nervosa” e “depressiva” sempre que os lucros de acionistas não crescem, alimentando um discurso de que precisamos retirar dos que menos têm, no que o economista Eduardo Moreira chama de “Robin Wood às avessas”.

Essa conjuntura de desigualdade nasceu em nossa sociedade, com as distinções entre os humanos e se perpetua. O sistema econômico atual manipula a política e destrói o planeta, travestido de democracia, porém há um discurso historicamente construído e que é sustentado na sociedade em que vivemos. Nascemos em uma sociedade pronta, e somos educados para assimilar, aceitar e nos adequarmos a ela. Para Krenak esse pensamento pretório sobre a natureza, e quem a protege, orienta também a pesquisa científica onde “o modo de vida ocidental formatou o mundo como uma mercadoria e replica isso de forma tão naturalizada que uma criança que cresce dentro dessa lógica vive isso como se fosse uma expectativa total” (Krenak, 2020, p. 466). Portanto não há só uma resistência em mudar as narrativas predominantes, como há uma intenção deliberada de incriminar, marginalizar e diminuir a relevância de quem as questiona.

A história tem um papel importante na perpetuação e na disputa de narrativas desse *status quo*. Ainda hoje há um silenciamento de produção intelectual e acadêmica de países historicamente explorados, quando na tentativa de contar sua versão da história. Não coincidentemente o termo epistemicídio ganhou relevância acadêmica por vir de um pensador europeu, tanto quanto não é coincidência que as artes e ritmos africanos que inspiraram artistas conhecidos mundialmente, como por exemplo Pablo Picasso e Elvis Presley, nunca tenham tido o devido reconhecimento e apreciação. As próprias teorias de que alienígenas teriam construído as pirâmides de Egito, pela simples incredulidade de que povos ditos inferiores tenham construído algo de tamanha magnitude. A falta de uma maior presença dessas culturas e sua produção intelectual nos meios acadêmicos e de comunicação nunca se deu por falta de qualidade, mas por uma escolha deliberada e imposta, que precisa reforçar a superioridade de um grupo artificialmente para seguir em posição de privilégio.

Se considerarmos que a população negra e parda, que é majoritária no Brasil, 54% de acordo com o IBGE, teve acesso legal à escola em 1910, direito ao voto em 1934, entendemos que houve um processo de exclusão que ainda existe, pois mesmo com a legalização de direitos, ainda há resistência de acesso à boa educação para essa parcela da população. E para além disso, apenas em 2003 foi incluído o estudo da história desses povos na grade de ensino no Brasil, mesmo sabendo que a história dos povos ameríndios e africanos estão tão intimamente entrelaçadas à história do Brasil desde antes mesmo da invasão europeia. Portanto mesmo quando os oprimidos transitam em meios tidos como de privilégio, é sempre com uma imposição de silenciamento, com ares de benevolência dos donos desses espaços, como se não houvesse uma resistência e reclamação histórica dos povos oprimidos por esses espaços que lhes foram usurpados.

Para Boaventura, os mecanismos da estrutura colonialista regulam a violência e opressão em todos os espaços, sem qualquer contrapartida que possibilite uma real emancipação das vítimas, sejam essas violências abissais (força de repressão explícita) ou não abissais (repressão social e simbólica), conforme ilustra o autor:

Primeiro exemplo: numa sociedade predominantemente branca e com preconceito racial, um jovem negro que estuda numa escola secundária vive no mundo da sociabilidade metropolitana. Pode considerar-se excluído, quer porque os colegas por vezes o evitam ou porque o plano de estudo contém matérias que são insultuosas para a cultura ou a história dos povos afrodescendentes. No entanto, tais exclusões não são abissais, pois ele faz parte da mesma comunidade estudantil e, pelo menos em teoria, tem ao seu dispor mecanismos para argumentar contra tais discriminações. Entretanto, quando esse jovem, de regresso à casa, é interceptado pela polícia visivelmente apenas porque é negro (*ethnic profiling*) e é violentamente espancado, está cruzando, nesse momento, a linha abissal e passando do mundo da sociabilidade metropolitana para o mundo da sociabilidade colonial. A partir daí a exclusão é abissal e qualquer invocação de direitos não é mais que uma cruel fachada (Santos, 2019, p. 41)

Segundo Jessé Souza, a elite brasileira adotou um discurso de superioridade cultural, sobrepondo o de superioridade racial, usou roupagem científica, e com ajuda do meio acadêmico e da mídia fez um marketing filosófico e sociológico que com a ideia de que o brasileiro é inferior, e os brancos, em especial os descendentes dos imigrantes, são moralmente superiores, segue explorando toda uma classe de pessoas que historicamente sempre esteve marginalizada e “animalizada”. Houve também um processo de ligar corrupção às classes populares, sendo assim, o Estado, principalmente com governos ideologicamente mais alinhados à esquerda, também é levado como um sistema não elitista, corrupto, que tenta privilegiar os pobres.

Nesse discurso, de acordo com Jessé, é que se aloja a elite exploradora que perpetua o racismo cultural. A superioridade cultural autodeclarada, como se fosse uma distinção social legitimada pela ciência passa a ser racionalizada e justificada como se fosse apenas uma expressão da honestidade e elevação moral se revoltando contra a corrupção, bandidagem, marginalização e inferioridade espiritual, que inclusive “legítima” exploração, mal trato e animalização. Para Jessé nessa mesma ideologia cabe o *viralatismo*, que legitima uma inferioridade do brasileiro perante a linhagem de todos que vieram na leva de imigrantes Europeus para figurar o cenário histórico de eugenismo.

Os privilégios de classe são basicamente ignorados, tornando “legítimo” o discurso do mérito individual. As classes donas do capital, antes de tudo, tornam sua cultura ‘chique’ e a das classes mais pobres ‘brega’, agregando valor ao que lhes convém, aumentando seu lucro. Essa hierarquização cultural tende a classificar como brega, vulgar e indigno o que é produzido nos meios marginalizados, tratado como “inculto”, “emburrecedor” e “desmoralizante” o gosto por arte popular. Ao mesmo tempo que se cria uma aura de erudição e moralidade inquestionável em artes e artistas vindos da elite. A apropriação cultural, que nada mais é do que o roubo intelectual, cultural e artístico de grupos oprimidos, por um grupo em posição social de privilégio, que com a desculpa de promoção da representatividade das minorias, acaba por lucrar sem que haja qualquer benefício real - social ou econômico - para os grupos criadores, essa é outra forma de epistemicídio. A apropriação é um plágio que acontece também no meio acadêmico. A falta de reconhecimento das produções acadêmicas dos povos oprimidos é um projeto que segue alienando o mundo e evitando a discussão da evidente riqueza intelectual produzida por povos que historicamente resistem ao seu apagamento e extermínio, diante das insistentes investidas de um sistema massacrante que grita mais do que argumenta para se manter no poder.

Para Boaventura, um dos problemas é que “a ciência evidente constitui sempre um obstáculo à ciência emergente”, pois mesmo as abordagens acadêmicas descoloniais, paradoxalmente, na visão do autor, corroboram com uma suposta superioridade das epistemologias do Norte, necessitando assim que ir além do pensamento crítico eurocêntrico:

[...] reconhecer e dialogar com outros saberes que oferecem entendimentos da vida social e da transformação social alternativos às monoculturas ocidentocêntricas do conhecimento válido, do tempo linear, da classificação social, da superioridade do universal e do global e da produtividade. Em vez de uma crítica interna à modernidade ocidental, fazem uma crítica externa (Santos, 2019, p. 46).

Para Boaventura “não precisamos de uma nova teoria da revolução; precisamos sim revolucionar a teoria” (Santos, 2019, p. 9). Sendo assim para que haja superação dos problemas de desigualdade e opressão precisam das epistemologias do sul para superar as bases da exploração capitalista, colonialista e patriarcal.

4 Considerações finais

O trabalho buscou explorar o tema do epistemicídio enquanto silenciamento sobre certas narrativas em favor de narrativas justificadoras da desigualdade e do genocídio de grupos sociais historicamente oprimidos. A primeira parte do trabalho teve como objetivo abordar as diferenças e desigualdades, buscando compreender quais foram as motivações de criar essas diferenças com o propósito final de justificar as desigualdades. Desde narrativas religiosas, colonialistas escravagistas, até as narrativas pseudocientíficas dadas como válidas pelo sistema que inclusive regulava o que era ciência à época da criação dessas falsas teorias. A segunda parte deste trabalho apresentou os elementos científicos que refutam a existência de “raça”, tais como historicamente construídas em narrativas dominantes, porém o peso das narrativas e discursos ainda hoje promovidos pelas epistemologias do Norte sustentam os pilares da desigualdade e opressão: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. A terceira parte deste trabalho tratou sobre o tema central, epistemicídio, como causa e causador das desigualdades, e legitimador do genocídio causado pela desigualdade. A quarta parte deste trabalho teve como objetivo explicar como a desigualdade e o preconceito podem levar ao epistemicídio e genocídio de corpos quase que normalizando essas violências.

O tema deste trabalho é extremamente amplo, mas a relevância dele é ainda maior, por ser complexo o maior desafio foi o de tentar não esvaziar os conceitos aqui trabalhados, não apenas citar estruturas de opressão, mas de tentar reconhecer e pontuar que estruturas são essas. O protagonismo e resistência dos grupos oprimidos na sua própria história não foi ignorado, mas a intenção deste trabalho era destacar a estrutura opressora, e como ela está presente na sociedade, e principalmente, evidenciar o esforço ativo na promoção do epistemicídio e genocídio, que só se dão pois não há e nunca houve passividade desses grupos tidos como minoritários. Este trabalho se dá mais em tom de denúncia dos opressores, que mesmo diante da resistência histórica e tenacidade dos oprimidos, segue criando mecanismos para perpetuar sua perversidade de silenciar, apagar e exterminar. Mesmo com toda a desigualdade e dificuldades criadas para exterminar esses povos eles resistem; a existência deles, a criação de sua arte e a sua luta são a maior forma de refutar a ideia de inferioridade que lhes foi atribuída.

Referências

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma Única História**. (ebook Kindle), Editora: Cia das Letras, 2009. Paginação irregular.

BARROS, J. D'A. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BÍBLIA Sagrada - Disponível em: <https://www.biblegateway.com> – Matheus 2:13-23/ João 2:12-25 Acesso em: 29 de janeiro de 2022. 15:05

HARARI, Y. N. **Sapiens - Uma breve história da Humanidade**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2018.

VIEIRA, H - **JESUS É NEGRO**. Mídia Ninja. 2017. 1 vídeo (4:47). Publicado pelo canal Mídia Ninja. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZPvF6j-hwhc> Acesso em: 29 de janeiro 2022.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. Editora: Cia das Letras, 2020. Paginação irregular (kindle).

MASLOW, A. H. **A Theory of Human Motivation**. Sublime Books, 2014. Paginação irregular (kindle).

MOREIRA, E. **Desigualdade & caminhos para uma sociedade mais justa**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SANDEL, M. J. **O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Paginação irregular (kindle).

SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

Data de submissão: 20/10/2024

Data de aceite: 08/07/2025